

Um programa econômico já

Embora o ministro da Fazenda admita a existência de um plano econômico em fase de elaboração, o Presidente da República, Itamar Franco, descarta a hipótese de medidas articuladas capazes de merecer a designação de uma diretriz pré-concebida. Contradição à parte, o fato é que é indispensável ao País interrogar o futuro e sobre ele lançar bases seguras para o processo de normalização do sistema econômico, cuja principal mazela reside na corrosão inflacionária. A permanente instabilidade dos valores monetários, provocada pelo crescimento anormal dos preços, torna inviável o funcionamento dos mecanismos estruturais da produção e das relações financeiras.

Se o Governo não cogita de elaborar um programa rigoroso de estabilização, malgrado adote medidas isoladas segundo ditarem as circunstâncias, é de todo essencial que o faça. Enfrentar os problemas da ordem econômica conforme o imprevisto desenvolver dos acontecimentos não infundirá nos agentes envolvidos no processo os elementos de convicção e firmeza para atuarem na busca da normalidade. E, sem alcançar uma relação estável no plano da economia, o País, sem dúvida, permanecerá **ad eternum** sitiado pelas ambiguidades, perplexidades e incertezas, os alimentos de que se nutrem a inflação e a recessão.

A necessidade de um projeto econômico orgânico e articulado, com definição exaustiva de meios e objetivos, é exigência imposta pela situação calamitosa da economia. Ainda agora, a chegada de uma missão do Fundo Monetário Internacional para estudar o desempenho do Governo no plano econômico e o estado das contas oficiais esbarrará em dificuldade, por assim dizer intransponíveis, em virtude da inexistência de um programa econômico em fase de execução. Semelhante obstáculo elevará os níveis de frustração no tocante à negociação de metas e de cronograma para amortização e resgate da dívida externa.

E exercerá influência negativa sobre o processo de liberação do restante do empréstimo **stand by** de 2,5 bilhões de dólares pactuado com aquela agência internacional nos meados de 1992.

Também é indispensável considerar que a falta de uma diretriz econômica capaz de contemplar o futuro, por meio de instrumentos de ação e rigorosa definição de rumos, inibirá a retomada dos investimentos para a eliminação do atual estágio recessivo do sistema. Tanto as poupanças internas quanto os capitais internacionais, estes com maior razão ainda, só por exceção iriam arriscar-se em aplicações no contexto de uma economia posta a agir e reagir segundo fatores aleatórios. Então, pesa sobre o País a ameaça de excluir-se dos benefícios da economia de mercado, no tocante ao fluxo de disponibilidades internas e externas para o provimento da expansão econômica.

Consideradas as modernas tendências do capitalismo, sabe-se que o Brasil não alcançará os estágios superiores do desenvolvimento, conforme o nível das sociedades industrializadas, caso não crie condições objetivas para atrair os capitais estrangeiros de investimento. É óbvio que os prestamistas de capital se orientam segundo pressupostos racionais, entre os quais figuram a segurança quanto à remuneração das aplicações, relações financeiras do mercado em razoáveis condições de estabilidade, padrões internos de consumo adequados e situação política em posição sólida de equilíbrio.

Portanto, o êxito da estratégia nacional e a própria afirmação do Brasil perante o mundo dependem da formulação de um programa econômico, capaz de afastar os temores sobre o futuro e gerar condições consistentes em torno do processo de desenvolvimento. E é fundamental que se cuide dessa matéria com a maior urgência possível. A Nação não pode perder um só minuto na busca da estabilidade econômica.